

## **O DEVIR DA URBANIZAÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO OUTRO:**

Loteamento Parque das Águas – Juiz de Fora/MG

*Eduardo Barbosa Mancini<sup>1</sup>*

*Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG*

*Denyse Pereira Neves Delgado<sup>2</sup>*

*Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG*

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Urbanismo na Contemporaneidade.

### **RESUMO**

Na direção oposta à compreensão da urbanização como um processo singular e racionalizado, objetiva-se neste ensaio, fomentar questionamentos e reflexões a respeito deste processo, a partir de conceituações acerca do sujeito e de suas subjetividades, entendendo o indivíduo como agente transformador do espaço. Para tanto, buscou-se apurar e desenvolver os diversos conceitos que fundamentam o processo de urbanização e permitem a compreensão do que se é habitar. Em um primeiro momento, a pesquisa se intencionou a expor e discorrer a respeito de todo embasamento teórico que corrobora com a proposta de intervenção, buscando entender o sujeito e sua interação com o espaço que o circunda, para então, elaborar e sugerir propostas que permitam que a urbanização ocorra em toda extensão de sua significação.

**Palavras-chave:** Urbanização. Subjetividade. Sujeito. Habitar. Pertencimento.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia.  
Endereço: Rua Américo Lobo, 2342. Apartamento 301. Celular: (32) 98827-6780.  
E-mail: duardobm.902563673@uniacademia.edu.br

<sup>2</sup> Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia. Orientadora.

## THE BECOMING OF URBANIZATION BASED ON THE EXPERIENCE OF THE OTHER:

Parque das Águas Subdivision – Juiz de Fora/Mg

### ABSTRACT

In the opposite direction to the understanding of urbanization as a singular and rationalized process, this essay aims to foster questions and reflections about this process, from conceptualizations about the subject and its subjectivities, understanding the individual as a transformative agent of space. To this end, we sought to refine and develop the various concepts that underpin the urbanization process and allow the understanding of what it is to inhabit. At first, the research was intended to expose and discuss the whole theoretical basis that corroborates the intervention proposal, seeking to understand the subject and its interaction with the space that surrounds it, to then elaborate and suggest proposals that allow urbanization to occur to the full extent of its meaning.

**Keywords:** Urbanization. Subjectivity. Subject. Inhabiting. Belonging.

### 1. INTRODUÇÃO

A tentativa de compreender e determinar o conceito de habitar é uma prática recorrente no campo da arquitetura e do urbanismo, afinal, o ato de habitar é uma prática que percorre séculos. Essa constante busca por se entender e conceituar a noção de habitar levou a diversos estudos e pesquisas, que buscaram interpretar essa prática a partir de diferentes percepções. Uma perspectiva recorrentemente vista nessa discussão é a de que habitar é uma necessidade humana, centrada apenas no objeto arquitetônico – a habitação - como meio que propicia as condições físicas para a proteção do indivíduo.

Na contramão dessa concepção, que entende o habitar como um simples ato de proteção e sobrevivência, intenciona-se com este trabalho definir e discorrer esse conceito a partir do processo de urbanização, que envolve a produção de espaços e de sujeitos, dialeticamente. Sendo assim, ao invés de se buscar preceitos que reforcem a visão racional de habitar como uma necessidade única e massificada, pretende-se entender o ato de habitar como um processo individual, que envolve não apenas a escala da habitação, mas também a escala da cidade, na qual ocorre o processo de intersecção e interação desses processos individuais.

O fundamento deste estudo se faz pela urgência em discutir e analisar os processos de apropriação no bairro Parque das Águas, objeto de estudo de interesse de autor, localizado no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, buscando dessa forma entender os conflitos e atribuições que dificultam o processo de se habitar a região. Essa pesquisa não se faz apenas pela vontade do autor, mas pela inquietação e insurgência diante o tema discutido, que se identifica como uma problemática recorrente no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

Portanto, o objetivo do presente estudo é analisar o processo de instalação das habitações de interesse social no bairro Parque das Águas, realizado em 2012, partindo do pressuposto de que as mesmas cumprem, ainda que de modo parcial, a função básica da habitação, de abrigo e proteção, mas não promovem o sentido de pertencimento do espaço a qual estão inseridas, não viabilizando assim a real apropriação por parte dos moradores para com o bairro, impossibilitando, dessa forma, que os mesmos alcancem a noção de habitar. A partir dessa análise, buscará se desenvolver um projeto de urbanização, centrado no entendimento de que não houve anteriormente, um processo urbanizador da área e, a partir das conceituações teóricas que serão discutidas durante este artigo, tentará propiciar aos moradores, condições sociais, políticas e econômicas de se habitar o espaço em questão.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. A ação da realidade social na produção do espaço e da subjetividade.**

Diversos campos do conhecimento buscam entender e explicar o conceito de espaço, seja ele por uma visão racionalizada, que o trata como algo único e imutável ou por uma visão subjetivada, que aponta o entendimento do espaço a partir do sujeito e de sua exteriorização para com o mundo.

Otto Friedrich Bollnow (2019), arquiteto e filósofo alemão, principia seu estudo, destacando a divergência desses direcionamentos, apontando que existem dois tipos de espaço, sendo eles o espaço matemático, ligado ao direcionamento racionalizado, entendido como homogêneo e o espaço vivenciado, que por sua vez, é heterogêneo, composto pelas relações entre o indivíduo (interno) e o mundo (externo).

Por conseguinte, Martin Heidegger (2012) expõe em seu livro “**Ser e Tempo**” que o espaço é criado pelo sujeito, produto de sua exteriorização para com o mundo

e da sua autocompreensão enquanto indivíduo. Dessa forma, o espaço se dá a partir da dialética entre o processo externo e interno do sujeito.

Schmid (2012) aponta que Henri Lefebvre pode ser considerado um dos maiores responsáveis pela discussão da problemática sobre o espaço e que sua conceituação se embasa no ideal de que o espaço não se constitui sozinho, ele é produzido. Segundo Lefebvre (2000) o espaço, denominado por ele como “espaço social” se organiza em duas vertentes, uma ligada à produção e outra ligada à reprodução, tanto biológica quanto nas forças de trabalho e no que compõe a sociedade.

Desta forma, Lefebvre (2000) aponta que, a produção de espaço está sempre conectada à realidade social, de forma que, todos os processos, sejam eles políticos, econômicos, culturais e até mesmo individuais influenciam no espaço que se é produzido. Dialeticamente, a realidade social é responsável por produzir o espaço em que ela mesma é vivenciada.

Baseando-se em pensamentos Marxistas, Lefebvre (2000) aponta também que processos políticos e socioeconômicos interferem diretamente no espaço produzido, desta forma, se um determinado espaço é originado a partir de uma conjuntura social conflituosa e desigual, o espaço, que é produto dessa conjuntura, também apresentará essas características.

Em consonância com os preceitos de Lefebvre, que atribui seus ideais à conceituação marxista e entende o espaço como uma produção social, Guattari e Rolnik (1996), estabelecem em seu estudo **Micropolítica: Cartografia dos desejos**, que os processos externos, referentes à realidade social, de cunhos políticos, sociais, culturais e econômicos, atravessa o sujeito e a subjetividade dos mesmos, a partir de seus perceptos sobre essa realidade.

Neste sentido, Guattari e Rolnik (1996) entendem que a subjetividade é fabricada a partir dos desejos e necessidades do sistema, reproduzindo em todos e em casa um os valores necessários para a manutenção do regime vigente, como explicitado em “A produção de subjetividade constitui matéria-prima para toda e qualquer produção” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 24).

Deste modo, pode-se entender que, os mesmos processos da realidade social, que constituem a subjetividade, também moldam o espaço e produzem os sujeitos e suas subjetividades, por conseguinte, os meios de produção e reprodução seguirão intensificando as interdependências das classes e os processos desigualitários.

O que faz a força da subjetividade capitalística é que ela se produz tanto ao nível dos opressores, quanto dos oprimidos. [...] Estabelece-se uma espécie de relação de complementaridade e de dependência entre as diferentes categorias sociais, o que acaba desmontando as alianças de classe, as alianças sociais (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 40).

## 2.2. A cidade e sua influência no habitar.

Como sobredito, o entendimento do espaço pode se dar por diferentes vertentes e por diversos campos do conhecimento. Para os estudos da Arquitetura e Urbanismo, o espaço carrega grande importância quando referido à habitação, lugar, território e principalmente quando se refere à cidade.

Lefebvre (2001) indica em seu estudo “**O direito à cidade**”, que o processo de urbanização e formação das cidades contemporâneas ocorre a partir da industrialização, que muda os paradigmas organizacionais da sociedade no que diz a respeito ao seu desenvolvimento, ocupação, relações de trabalho e poder.

O autor ainda aponta que a cidade se forma baseando-se em ideais de reprodução dos meios de produção social, a ponto que, a cidade é fundamentada pensando em uma camada específica da sociedade.

Diante disso, Lefebvre (2008) estabelece que a noção de direito à cidade não deve se resumir a apenas a questão da moradia, chamada por ele de *habitat*, já que a mesma não concentra todas as necessidades e insurgências do ser social e que a verdadeira noção se estabelece através da apropriação do espaço urbano, chamado por ele de *habitar*, afirmando que “o direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Em contrapartida, habitar as cidades se torna dificultoso à medida que a Arquitetura e Urbanismo e todas as ações ligadas e destinadas às cidades limitam o espaço urbano a apenas sua morfologia, ignorando processos culturais, sociais e individuais (LEFEBVRE, 2001).

Segundo Pallasmaa (2017), a cidade é um importante instrumento produtor de identidade e memória, já que, é nela que ocorrem toda a gestão social, política e cultural e estruturação de poder e ação.

[...] habitamos a cidade e a cidade reside em nós. Quando entramos em uma cidade nova, imediatamente começamos a nos acomodar a suas estruturas e cavidades, e ela começa a morar em nós. Todas as cidades que visitamos se tornam parte de nossa identidade e consciência (PALLASMAA, 2017, p. 27).

O autor complementa que o ato de habitar, tanto na escala da moradia quanto na escala da cidade, transforma o espaço sem significado em um lugar com significado, no qual “o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental” (PALLASMAA, 2017, p. 06).

### **2.3. O conceito de habitar sob a ótica da Arquitetura e do Urbanismo.**

O conceito de habitar é regularmente evidenciado e discutido pelos estudos da área de Arquitetura e Urbanismo. Inicialmente, o ato de habitar era referido à uma simples necessidade de proteção e intencionado à escala da moradia. Segundo Oliveira e Ribas (1995) a função fundamental de qualquer edificação é primordialmente prover proteção contra quaisquer intempéries que o seu entorno imediato possa oferecer.

Com a evolução humana, foram surgindo novas definições de habitar. Para Bollnow (2019), habitar não está restrito ao objeto arquitetônico edificado, vinculado à necessidade de proteção, já que para ele habitamos também o nosso entorno, como as ruas, bairros e cidades, mas ainda assim, se torna necessário um espaço particular e singular em que o ato de habitar possa ser concretizado. O autor complementa ainda que é através da vivência do indivíduo para com a cidade que se alcança novas percepções e significações em busca da autocompreensão, mas que isso só é possível havendo um referencial que sirva de base para se compreender esse processo exploratório, no caso, o referencial fixo, a moradia.

Pallasmaa (2017) também entende que o processo de habitar ocorre na experimentação ocasionada pela vivência do espaço como um todo – casa, bairro, cidade – e que a casa, enquanto edificação, é apenas o invólucro no qual a ação de habitar é processada e a transforma em um lar, desta forma, a casa passa a expressar a personalidade de quem a habita. Para o autor, o homem se relaciona com sua

moradia, podendo se conectar e trazer sentido de pertencimento a ela ou se distanciar da mesma, trazendo um caráter de não pertencimento e apatia.

Heidegger (2012), em conformidade com os pensamentos de Pallasmaa (2017) e Bollnow (2019), entende que o ato de habitar está muito além de ocupar um espaço físico, sendo um processo exploratório em busca do autoconhecimento através da apropriação de novos espaços e que a moradia, entendida então como o referencial fixo, é a base para que esse processo ocorra.

Diante dessas concepções, percebe-se que, a noção de habitar passa a ter seu entendimento relacionado à subjetividade, de maneira que, os processos de apropriação dos espaços e sua assimilação por meio do sujeito, moldam essa conceituação.

Guattari (1992), expressa que a Arquitetura e Urbanismo e todos os seus instrumentos são meios de produção da subjetividade, destacando que:

São as peças das engrenagens urbanísticas e arquiteturais, até em seus menores subconjuntos, que devem ser tratadas como componentes maquínicos. Porém, se é verdade que esses componentes maquínicos são antes de tudo produtores de subjetividade, é porque eles são mais do que uma estrutura ou mesmo um sistema em sua acepção comum (GUATTARI, 1992, p. 160).

Ao tratar os instrumentos urbanísticos e arquiteturais como componentes maquínicos, Masson (2019) aponta que Guattari, em sua obra “**Caosmose: Um novo paradigma estético**”, apresenta o campo da Arquitetura e Urbanismo como um artifício de agenciamento da produção da subjetividade capitalística e, ao que cabe à moradia, ressalta que “se a subjetividade capitalística modeliza os modos de vida através também da moradia, das casas, cabe ao arquiteto remodelizar estes modos de produzir dos agenciamentos” (MASSON, 2019, p. 90).

Masson (2019) também salienta, a partir dos preceitos de Guattari, que o Arquiteto e Urbanista deve se preocupar com a subjetividade que se é produzida através do projeto de uma moradia, seja ela qualquer tipo de edificação. Para ele:

O projeto de uma casa, ou apartamento já implicam um entendimento restrito do que seja a moradia, assim enquanto aqueles que desenham, os arquitetos, seriam estes que buscariam cartografar as dimensões de existência e intensidade que se dão através daquilo que compõe o projeto arquitetônico” (MASSON, 2019, p. 90).

Como aponta Guattari (1992):

“[...] A consistência de um edifício não é unicamente de ordem material, ela envolve dimensões maquínicas e incorporais que lhe conferem sua autoconsistência subjetiva”, portanto, para se entender a ação de habitar, deve-se compreender que cada parte que a compõe produz uma subjetividade parcial, na qual, “[...] a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor... modelizam, cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação” (GUATTARI, 1992, p. 161).

### **3. Metodologia**

Para se alcançar os objetivos indicados neste estudo, pretende-se, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisar e compreender as concepções teóricas a respeito do tema em questão, que serão expostas e discutidas, buscando assim o aprofundamento teórico relativo aos conceitos que serão desenvolvidos. A natureza deste estudo é mista, apresentando um caráter qualitativo e quantitativo, já que a mesma exige a interpretação do subjetivo e também do que se é palpável, com intuito de averiguar e explorar a temática da noção de habitar em meio ao processo de urbanização.

O presente estudo revisa diversas fontes de pesquisa, a fim de embasar suas preposições, através de levantamentos feitos in loco, entrevistas feitas com o representante da associação de bairros, aplicação de formulários, estudos de caso e também análise de dados obtidos através da Prefeitura de Juiz de Fora, mais especificamente, pela Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora (EMCASA), pela Secretaria de Obras de Juiz de Fora (SO) e também por dados disponibilizados pelo site oficial da prefeitura.

Se faz relevante enfatizar que, o presente estudo não se intenciona a originar respostas e afirmações absolutas, mas, em contrapartida, busca promover questionamentos acerca do da urbanização, propondo um projeto, produto do foi levantado e discutido, que permita a sua compreensão e, a partir disso, propiciar uma nova visão do processo de urbanização e da apropriação do espaço.



## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

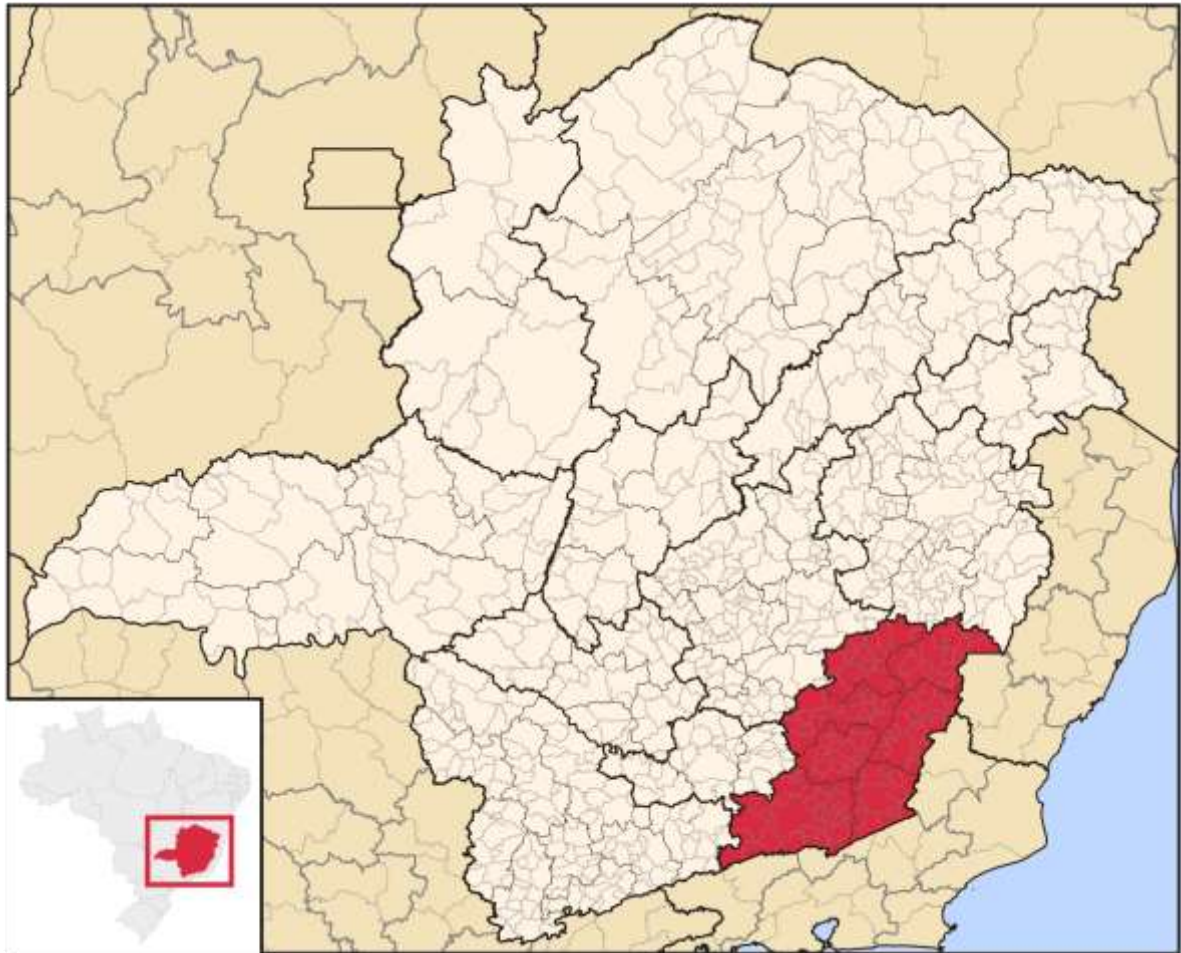
Diante de todo o embasamento teórico exposto, que fundamenta essa pesquisa e legitima a urgência em discorrer a respeito da urbanização e da noção de habitar, o presente estudo buscou, através do produto dessa discussão, aplicar conceitos e embasamentos no processo projetual de urbanização do bairro Parque das Águas que sirvam de base para futuros questionamentos no tocante ao processo de urbanização na cidade de Juiz de Fora, intentando redirecionar a visão do arquiteto e urbanista para o espaço e principalmente para os sujeitos enquanto agentes transformadores desse espaço.

### **4.1. Localização e Contexto**

O projeto em questão, como supracitado, será desenvolvido no município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais e será locado no bairro Parque das Águas, que se compreende entre as zonas norte e oeste da cidade.

A cidade de Juiz de Fora se configura hoje, como a quarta mais populosa de Minas Gerais, possuindo 557.532 habitantes de acordo com o censo do IBGE feito em 2021, e uma das mais importantes na região da Zona da Mata, já que se apresenta como um polo educacional e de saúde, oferecendo serviços não só para a população da cidade como também para de outras cidades e regiões. Além disso, a cidade. Apesar de se caracterizar como uma das cidades mais populosas de Minas Gerais e uma das mais importantes e desenvolvidas dentro da Zona da Mata, Juiz de Fora é a 5° cidade mineira com o maior déficit habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,2013)

**Figura 1:** Localização do município de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais.



**Fonte:** Google Earth Pro, 2021. Acessado em: 19 de junho de 2021 – Editado pelo autor.

O loteamento Parque das Águas surgiu em meio à implementação do “Programa Minha Casa, Minha vida” (PMCMV) na cidade de Juiz de fora, ocupando a área de funcionamento da antiga “Fazenda Santa Cândida”. O projeto de instalação das habitações de interesse social, feito em 2012, foi considerado um dos maiores empreendimentos desse cunho na cidade e previu a criação de 565 novas unidades, que intensificaram a demanda de serviços e equipamentos públicos na região. Além do loteamento residencial entregue em 2012, um condomínio de apartamentos, totalizando nove edificações e um total de 280 apartamentos, foi implantando no bairro em 2016, também pelo “Programa Minha Casa, Minha vida”.

**Figura 2:** Mapa do bairro Parque das Águas, localizado em Juiz de Fora, MG.



**Fonte:** Google Earth Pro, 2021. Acessado em: 19 de junho de 2021.

**Figura 3:** Mapeamento dos HP no bairro Monte Castelo e entorno em Juiz de Fora.



**Fonte:** Prefeitura de Juiz de Fora. Acessado em: 19 de junho de 2021.

Apesar deste aumento na demanda, a realidade que se instaurou na região foi contrária, havendo a falta de oferta desses serviços e equipamentos públicos. Sendo assim, o loteamento Parque das Águas passou a enfrentar uma necessidade de suporte não suprida pela prefeitura e com isso, problemas pré-existentes na região foram se intensificando e novas dificuldades foram surgindo, em relação não só à infraestrutura do bairro, mas como também na dinâmica social e política do mesmo.

No tocante à conjuntura da população residente do bairro, de acordo com Santos *et. al.* (2014 *apud.* CLEMENTE, 2015), um levantamento feito pela Prefeitura de Juiz de Fora, que coletou dados de mais de 800 moradores do loteamento parque das águas, apontou que, em 2013, maior parte da população possuía baixa escolaridade, empregos informais e renda absoluta de um a três salários-mínimos.

Além disso, no que se refere à oferta e uso de equipamentos públicos, a maior parte dos moradores participantes da pesquisa evidenciaram ter pouco ou nenhum acesso a serviços públicos básicos, como creches, CRAS e UAPS, mesmo que a destinação de verbas para implantação de tais equipamentos sejam resoluções anteriores ao PMCMV.

Diante do exposto, é possível relacionar que, a falta de assistência da prefeitura para com os moradores do CHP fortaleceu os problemas da localidade, além de acentuar a desigualdade social.

Clemente (2015), expõe que, nos anos de 2013 e 2014, diversos conflitos se instauraram na região, tanto entre os moradores dos mesmos conjuntos habitacionais, quanto com os moradores de áreas circundantes, ocasionados pela falta de identidade territorial e de relações sociais, que por sua vez, são inatingíveis quando os carecimentos de uma população não são atendidos.

Em 2016, de acordo com matéria feita por Araújo e Zanella (2017) para o Jornal Tribuna de Minas, o bairro Parque das Águas entrou na nona posição no ranking de bairros com maior número de mortes por homicídio na cidade de Juiz de Fora.

Meireles (2018), também em matéria feita para o Jornal Tribuna de Minas, expõe que a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) não estava conseguindo enviar funcionários para a verificação dos leitores de consumo por estarem recebendo ameaças dos moradores, que por sua vez, estavam insatisfeitos com o custo e serviço oferecido na região.

**Figura 4:** Loteamento em 2012 x Loteamento em 2021.



Fonte: Google imagens e acervo pessoal.

#### **4.2. Arquiteturas pré-existent e tipologias predominantes:**

Analisando o bairro Parque da Águas, área em foco no presente estudo, pode-se perceber uma predominância de habitações de interesse social, justificada pelo programa de loteamento feito pelo PMCM em 2012. As habitações consistem em residências unifamiliares, térreas e padronizadas, que seguem um programa de necessidades básico, com dois quartos, sala, banheiro, cozinha e uma área externa, sistema de aquecimento solar de água do chuveiro.

**Figura 5:** Vista das habitações de interesse social no bairro Parque das Águas.



**Fonte:** <https://www.ufjf.br/nugea/2015/04/14/pesquisa-realiza-trabalho-de-campo-no-parque-das-aguas/>. Acessado em: 23 de junho de 2021.

O entorno do bairro é composto por outros loteamentos, como o Nova Germânia, Residencial Vitória e pelo bairro Monte Castelo, que apresenta construções predominantemente residenciais, com edificações unifamiliares e multifamiliares e com comércio diversificado.

**Figura 6:** Localização Parque das Águas e entorno imediato.



Fonte: Google Earth Pro, 2021. Acessado em: 09 de dezembro de 2021.

#### **4.3. Público-alvo e condicionantes:**

No que se relaciona ao público-alvo, o presente trabalho objetiva atender, de maneira específica, os residentes do bairro Parque das Águas, que em maioria, se apresentam como populações em condições de vulnerabilidade social. Esta condição é provocada por diversos motivos, em maior parte relacionados a problemas sociais e econômicos, no caso específico deste estudo, fatores como vulnerabilidade territorial, marginalização e exclusão, se mostrarão como pontos chaves para a compreensão e efetivação do projeto. De modo geral, o estudo busca também, provocar a discussão acerca do processo de urbanização na cidade de Juiz de Fora, apresentando conceitos e diretrizes que possam ser aplicadas nos demais territórios da cidade, que apresentam as mesmas condições urbanas e sociais.

Acerca das condicionantes, o presente estudo destaca duas vertentes a serem trabalhadas: a focada no espaço físico, que se relacionam a transporte, serviços, moradia e toda infraestrutura da área e a focada nos âmbitos sociais, que se referem a marginalização, exclusão social, violência e a relação de pertencimento e identidade territorial.

#### **4.4. Especificidades do projeto:**

Em específico, o presente estudo buscou aplicar as conceituações já citadas em um projeto de urbanização, centrado em intervenções de base, propondo mudanças e novas resoluções à legislação vigente, somadas a um projeto que reorganiza o desenho urbano do bairro, respeitando a conformação já existente dos lotes e a configuração do mesmo enquanto bairro, focando as intervenções em sua infraestrutura, assim como na incursão de acessibilidade e reformulação de algumas glebas para uso institucional e comercial. Dessa forma, o estudo intenciona promover a apropriação do espaço por parte dos moradores do bairro Parque das Águas, trazendo condições para que o processo de habitar seja promovido, tanto na escala das habitações, quanto na do bairro e conseqüentemente na da cidade, visando a apropriação do bairro pelos moradores como instrumento fundamental do direito à cidade, buscando cessar os problemas de desigualdade social, marginalização e exclusão social enfrentados pela região.

A pesquisa e análise de todos os dados levantados, assim como a aproximação com o bairro e suas lideranças, possibilitou a compreensão das falhas presentes no plano diretor de Juiz de Fora e o caráter genérico que a área em questão foi tratada, além de permitir o entendimento das reais carências e demandas da população, que direcionaram a proposta feita por este estudo, que se centra em intervenções de curto, médio e longo prazo, que abrangem o processo de zoneamento, com a criação de zonas mistas, que legitima e permite a disseminação de comércios pelo bairro e indica áreas para a criação de equipamentos públicos e instalação de uma UBS, a inclusão do bairro como uma Zona de Especial Interesse Econômico e Social (ZEIS), mapeamento de isodeclividades e escoamento de águas pluviais, para eventual controle e regularização de novas construções em relação à permeabilidade do solo, além de mudanças no desenho urbano da área.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente ensaio se propôs, desde o início, abordar os conceitos que cercam a urbanização, se estruturando como ferramenta de inquietação que incitasse a



análise crítica desse processo. Na contramão do pensamento científico, que objetiva afirmações e resultados absolutos, pretendeu-se aqui, provocar reflexões sobre o processo de urbanização e todos os subprocessos que o originam, desta forma, possibilitando que sejam discutidas e analisadas novas formas de se pensar a urbanização em áreas já consolidadas e com agravantes políticos, sociais e econômicos.

Como colocado anteriormente, este estudo objetivou compreender todos os processos que cercam a noção de urbanização, partindo do pressuposto de que, para a urbanização seja de fato consolidada, o conceito desse processo deve ser entendido e processado por toda sua extensa significação, que envolve a cidade, a moradia, o sujeito e todos os processos subjetivos que o compõe como tal.

Em síntese, a partir da intersecção da reflexão apresentada no referencial teórico com a ponderação específica feita em relação ao bairro Parque das Águas, que se configura como objeto específico da pesquisa, conclui-se, de forma crítica, que não houve o processo de urbanização no bairro e que isso suscitou problemas relacionados à não apropriação do espaço, marginalização e exclusão social, desigualdade socioeconômica e territorial, em virtude da não contemplação dos diversos preceitos que o compõe. Desta forma, a preocupação focada na habitação enquanto espaço construído e a negligência em relação à estruturação circundante à habitação, não provê o necessário para que os processos de apropriação e relação identitária com o território seja estabelecido e dessa forma, a habitação se porta como um meio maquínico de produção de assujeitamento, intensificando a reprodução de um modelo social centrado na desigualdade política, étnica e social.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marcos; ZANELLA, Sandra. Violência mata 154 em 2016. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 08 jan. 2017. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/08-01-2017/violencia-mata-154-em-2016.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço**. Tradução Aloísio Leoni Schmid. Curitiba: Editora UFPR, 2019. 327 p. Disponível em: [https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63938/O%20homem%20e%20o%20espaco\\_digital%20SITE.pdf](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63938/O%20homem%20e%20o%20espaco_digital%20SITE.pdf). Acesso em: 22 jun. 2021.

CLEMENTE, Luciene de Oliveira. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DO ATO DE HABITAR**: um estudo sobre a relação entre política habitacional, território

e sujeitos sociais em juiz de fora - MG. 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/326/1/lucienedeoliveiraclemente.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2013: resultados preliminares – nota técnica. Belo Horizonte: FJP, 2015. Disponível em: . Acesso em: 08 DEZ. 2021.

GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992. 208 p. Disponível em: [https://monoskop.org/images/0/03/Guattari\\_Felix\\_Caosmose\\_Um\\_novo\\_paradigma\\_estetico.pdf](https://monoskop.org/images/0/03/Guattari_Felix_Caosmose_Um_novo_paradigma_estetico.pdf). Acesso em: 22 jun. 2021.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 325 p.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 598 p.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 487 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p. Disponível em: [https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre\\_Henri\\_O\\_direito\\_a\\_cidade.pdf](https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf). Acesso em: 23 jun. 2021.

MACHADO, Maria Izabel (org.). **Diálogo conceitual e metodológico das ciências sociais aplicadas com outras áreas do conhecimento 2**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2020. 310 p.

MASSON, Leandro dal Sasso. **CAOSMOSE**: arquitetura, urbanismo e produção de subjetividade. 2019. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MEIRELES, Michele. Insegurança compromete serviços da Cesama, da Cemig e dos Correios em áreas violentas. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 01 fev. 2018. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/01-02-2018/inseguranca-compromete-servicos-da-cesama-da-cemig-e-dos-correios-em-areas-violentas.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Tradução Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

SCHMID, Christian. A TEORIA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEFEBVRE: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto. **Geosp**: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74284/77927>. Acesso em: 20 jun. 2021.